



Há perigo na esquina: trabalhadoras de plataformas digitais, saúde e precarização do trabalho¹

Danger Around the Corner: Digital Platform Workers, Health, and Precarious Labor

Tatiane Mendes M Pinto

Cleo Ribeiro Nascimento Guimarães

Solange Inês Engelmann

Palavras-chave: Mulheres; Saúde; Trabalhadoras de
Plataformas Digitais, Mídia e Processos Sociais.

O ano de 2022, dois anos após a notificação da pandemia de Covid-19 pela Organização Mundial da Saúde (OMS), trouxe um novo cenário na esfera do trabalho. Segundo pesquisa realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), mais de 1,5 milhão de pessoas já trabalhavam, àquela época, por meio de aplicativos e plataformas digitais. Isso correspondia a 1,7% da população ocupada no setor privado no Brasil, em um contexto marcado pela ausência de direitos trabalhistas, jornadas de trabalho intermináveis, esgotamento e adoecimento desses(as) trabalhadores(as).

Desse total, 6% são mulheres, aproximadamente 60 mil trabalhadoras. Segundo W. F. Pessoa (2024), o cotidiano das mulheres que trabalham por aplicativos — particularmente as motoristas — envolve precarização e violência. Embora, nos últimos anos, as plataformas de transporte individual de passageiros tenham estimulado a entrada de mulheres motoristas parceiras com o objetivo de reduzir incidentes de assédio e



violência (PEREIRA; ARRIBAS; CARDOSO, 2021) contra clientes, a preferência pelas mulheres trabalhadoras não se reflete nos salários. De acordo com os

¹ dados da PNAD 2019, o rendimento das mulheres representava, em média, 77,7% do rendimento dos homens (R\$ 1.985 frente a R\$ 2.555), conforme a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad) de 2019.

Além disso, a violência de gênero também encontra espaço nas rotinas enfrentadas pelas trabalhadoras. Agressões que têm um componente comum: o silêncio da sociedade civil ante a grave crise humanitária que atinge trabalhadores(as) por aplicativos e cuja dimensão de gênero encontra igual desconhecimento. A vulnerabilidade vai além da precariedade financeira. Segundo Carla Baiense e Patrícia Saldanha, crises, como a pandemia, por exemplo, mostram e agravam outras inúmeras vulnerabilidades atravessadas por interseccionalidades, produzidas por décadas de políticas neoliberais (FELIX, SALDANHA, 2021), tendo a violência de gênero entre as consequências mais constantes, atingindo particularmente corpos femininos de cor, território e classe social específicas.

Segundo Carol Alves, coordenadora do Coletivo Elas por Elas Providência — fundado em 2020 para acolher trabalhadoras em situação de vulnerabilidade devido à pandemia —, “as condições de trabalho das mulheres trabalhadoras informais são marcadas por extrema precariedade e vulnerabilidade sem qualquer tipo de proteção social ou trabalhista”, denuncia Carol.

A partir desse cenário, este trabalho busca analisar as consequências humanas geradas pela crescente expansão do trabalho por meio de plataformas digitais, configurando um ambiente de crescente precariedade, com graves efeitos na saúde dessas trabalhadoras, visto que o ambiente midiaticado de trabalho reflete e agrava as múltiplas violências sofridas em diversas camadas da esfera social. Partindo da metodologia da



revisão bibliográfica, associada à realização de entrevistas em profundidade com mulheres trabalhadoras de aplicativo, bem como o desenvolvimento e acompanhamento do projeto de pesquisa e extensão “Saúde e direitos dos trabalhadores em tempos de plataformas digitais: um olhar sobre a atividade”, realizado pelo Centro de Estudos da Saúde do Trabalhador e Ecologia Humana (CESTEH) e o

Departamento de Administração e Planejamento em Saúde (DAPS), ambos da Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca (ENSP/Fiocruz), em parceria com o Instituto de Psicologia da UFRJ.

A pesquisa resulta de uma parceria entre a ENSP/Fiocruz e a UFF e busca discutir e transformar as condições de saúde e os direitos dos trabalhadores por aplicativos, propondo alternativas que possam gerar ações concretas nesse campo. As atividades envolvem o desenvolvimento de uma campanha com debates e oficinas de comunicação, além de ações de comunicação publicitária e produção de reportagens, realizadas por uma equipe de estudantes de publicidade e pesquisadoras de jornalismo do Laboratório de Investigação em Comunicação Comunitária e Publicidade Social (Laccops), coordenado pela professora de Comunicação da Universidade Federal Fluminense (UFF), Patrícia Saldanha.

Em meados de 2024, a partir dos diálogos institucionais iniciou-se o desenvolvimento de uma campanha de comunicação publicitária, baseada na metodologia de publicidade social, com uma equipe de estudantes de publicidade e pesquisadoras de jornalismo do Laccops. Entre as ações estão debates e oficinas de comunicação com a equipe de pesquisadores(as) do projeto e representantes dos(as) trabalhadores(as) por aplicativo, cujas participações trouxeram questões essenciais da categoria em relação à saúde e à luta por direitos.

Se a publicidade social, na vertente brasileira, tem o “tornar público” como fundamento originário, para Félix e Saldanha, quando o “[...] caminho se constrói



dialogicamente, pode facilitar às minorias, cuja representação nos espaços de sociabilidade é fraca ou nula, o acesso aos dados que lhes permitam, em um segundo momento, pleitear direitos sociais e políticos” (2021, p.9). Tais como as trabalhadoras de aplicativos. Entre elas está Carol Alves, fundadora do Coletivo Elas por Elas Providência, voltado para as mulheres trabalhadoras informais. Em entrevista recente ao Jornal Correia, Carol Alves afirmou: “Nós, mulheres, somos invisibilizadas na rua. Não temos direitos.”

As jornadas muito longas e condições adversas, como chuva e calor excessivo, são outro problema grave, causando problemas como dores nas costas, exaustão e dificuldade em ter uma boa alimentação. O estado geral de precariedade afeta igualmente a saúde mental, impactada pela pressão de metas e insegurança nas ruas. “Quem cuida da gente? Quem cuida dessas mulheres que estão dia a dia fazendo entregas, pedalando e ninguém se preocupa com a nossa saúde? Hoje, a grande maioria das pessoas só quer saber de receber seu lanche”, lamenta Carol.

Maria Aparecida Salerno, 52 anos, carioca, mãe de dois filhos (de 30 e 24 anos) e avó de uma neta de dez meses, também trabalhadora de aplicativo, igualmente denuncia a luta diária, fazendo coro a Carol: “A dificuldade é por sermos mulheres. Assim, é difícil. É aquela dificuldade clássica que todos já sabem, né? A gente está sempre em um lugar inferior, né? Tem que aguentar mais coisas. Às vezes, fingir que não entende muita coisa. Isso afeta sua saúde, saúde mental, saúde emocional e até a saúde financeira, porque você já não consegue trabalhar com aquele vínculo. O esgotamento não é só físico, mas mental também. Isso é agravado pela cobrança de bater metas da maioria das plataformas”, reforça.

Enquanto as políticas públicas voltadas para a regulamentação do trabalho de aplicativos e plataformas tramitam lentamente pelas esferas de governo, as pautas de saúde e segurança se tornam cada vez mais urgentes. E os movimentos de mulheres buscam fortalecer a luta por dignidade no trabalho e na vida, unindo forças a cientistas e



educadores para o enfrentamento às desigualdades. É o caso do Coletivo Elas por Elas Providência, o coletivo nasceu na época da pandemia, após Carol ter sofrido violência pela Guarda Municipal enquanto realizava seu trabalho como vendedora ambulante, em um bairro da Zona Norte. Após a repercussão do caso nasceu o coletivo, com o objetivo de promover a união entre mulheres para reivindicar direitos e combater as desigualdades de gênero, raça e classe que marcam suas vidas e condições de trabalho.

O coletivo, do qual faz parte também Aparecida, também funciona como um espaço de apoio mútuo e resistência, permitindo que essas mulheres tenham voz e força para transformar suas realidades. O grupo tem desenvolvido diversas ações voltadas para apoiar e fortalecer as mulheres trabalhadoras informais no Rio de Janeiro, especialmente aquelas em situação de maior vulnerabilidade social.

Para implementar essas ações, é fundamental promover uma colaboração eficaz entre empresas, governo e sociedade civil, garantindo que todos os setores envolvidos trabalhem de forma integrada para alcançar resultados concretos. Além disso, é necessário investir em infraestrutura e tecnologia, a fim de melhorar as condições de trabalho e proporcionar melhores recursos para o desenvolvimento desta atividade de trabalho. A educação e conscientização sobre saúde e segurança também desempenham um papel crucial, permitindo que os(as) trabalhadores(as) compreendam e possam adotar práticas mais seguras. Por fim, o monitoramento contínuo da saúde dos(as) entregadores(as) é essencial para identificar e corrigir problemas de forma proativa, garantindo um ambiente de trabalho mais seguro e saudável. Aqui o papel da ciência engajada, transformadora, realizada em parceria entre UFF e Fiocruz atua no fortalecimento dos debates e na proposição de estratégias de visibilidades e de análise da situação das trabalhadoras, fomentando demandas que visam constituir políticas públicas efetivas de proteção à saúde e a vida dos trabalhadores e das trabalhadoras. Pautas que devem caminhar em conjunto, fortalecendo a luta pelos direitos das mulheres, no trabalho, na cidade ou em todos os espaços que possam ser ocupados. Com a participação da sociedade, que deve



compreender que as pautas de direitos das mulheres são parte fundamental dos direitos e garantias fundamentais, para alcançar a democracia e a cidadania plena.

No aprofundamento do debate sobre plataformas digitais e saúde, nasce a proposta do presente trabalho, que busca refletir sobre e propor caminhos para a garantia da saúde e a luta por direitos das trabalhadoras, tema que pretendemos desenvolver ao longo desta proposta.

Referências

CARDOSO, Ana Claudia Moreira; ARRIBAS, Celia; PEREIRA, Maria J. T. Há “empoderamento” nas plataformas digitais? Outras Palavras, 17 mar. 2021. Disponível em:

<https://outraspalavras.net/trabalhoeprecariado/mulheres-e-plataformas-digitaisempoderamento-para-quem/>. Acesso em: 25 jan. 2022.

FÉLIX, C. B.; SALDANHA, P. G. Mulheres que não cabem na tela: a (in)visibilidade periférica na publicidade de utilidade pública sobre a Covid-19. Revista Eco-Pós, v. 24, n. 1, p. 188–209, 2021. DOI: <https://doi.org/10.29146/ecopos.v24i1.27618>.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua) - 2019. Rio de Janeiro: IBGE, 2020. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/>.

KRENZINGER, M.; FARIAS, P.; MORGADO, R.; McILWAINE, C. Violência de gênero e desigualdade racial em uma pesquisa com mulheres no território conflagrado do Conjunto de Favelas da Maré/Rio de Janeiro. Revista Trabalho Necessário, v. 19, n. 38, p. 266-289, 2021. DOI: <https://doi.org/10.22409/tn.v19i38.47366>.

MASSON, Leticia; CHRISTO, Cirlene. Plataformas: O viver e morrer sobre rodas. Outras Palavras, 28 nov. 2024. Disponível em: <https://outraspalavras.net/trabalhoeprecariado/plataformas-o-viver-e-morrer-sobre-rodas/>.



**Anais de Resumos Expandidos
VII Seminário Internacional de Pesquisas
em Miatização e Processos Sociais**

ISSN 2675-4169

Vol. 1, N. 7 (2025)

OLIVEIRA, Elisângela et al. DOSSIÊ Mulher 2023 [livro eletrônico]. 18. ed. Rio de Janeiro, RJ: Instituto de Segurança Pública, 2023.

PESSOA, Washington Freire. Mulheres motoristas por aplicativos: precarização, violência e resistência no cotidiano do trabalho. 2024. 186 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Universidade Estadual Paulista (UNESP), Faculdade de Ciências e Letras, Assis, 2024.